



SUMÁRIO

PARTE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO DOS SEGUROS.....	1
1. Formação histórica do contrato de seguro e sua regulação jurídica.....	5
1.1. Antecedentes históricos na Antiguidade.....	5
1.2. O tratamento do risco no direito romano.....	6
1.3. O surgimento do seguro a prêmio.....	7
1.4. Formação do moderno contrato de seguro.....	9
1.5. O contrato de seguro e as companhias seguradoras.....	11
1.6. Panorama histórico-evolutivo da disciplina jurídica do seguro.....	12
1.6.1. O direito francês.....	12
1.6.2. O direito alemão.....	13
1.6.3. O direito inglês.....	15
1.6.4. O direito português.....	16
1.7. A evolução histórica do seguro no direito brasileiro.....	18
1.7.1. O Código Comercial de 1850.....	19
1.7.2. O Regulamento Murtinho e o Decreto 5.402, de 1903.....	20
1.7.3. O Código Civil de 1916.....	22
1.7.3.1. Influência do Código do Cantão de Zurique.....	22
1.7.3.2. Estrutura e conformação do tipo contratual.....	26
1.7.4. A regulação e supervisão dos seguros no Brasil.....	29
1.7.5. O contrato de seguro no Código Civil de 2002.....	32
2. O direito dos seguros no âmbito das disciplinas jurídicas.....	34
2.1. Direito dos seguros e as disciplinas jurídicas de direito público.....	34
2.1.1. Direito constitucional.....	34
2.1.2. Direito administrativo.....	35
2.1.3. Direito tributário.....	36
2.1.4. Direito processual civil.....	36
2.1.5. Direito penal e processual penal.....	37
2.1.6. Direito da seguridade social.....	37
2.1.7. Direito internacional.....	38

2.2.	Direito dos seguros e as disciplinas jurídicas de direito privado	39
2.2.1.	Direito civil.....	39
2.2.2.	Direito empresarial.....	39
2.2.3.	Direito do consumidor.....	40
3.	Bases técnicas da operação de seguros.....	41
3.1.	Risco e seguro	41
3.1.1.	Risco e suas múltiplas acepções	42
3.1.2.	Elementos do conceito de risco.....	44
3.1.3.	Risco, atividade securitária e contrato de seguro.....	45
3.1.4.	Diferentes abordagens do risco no seguro	46
3.2.	Risco e atividade securitária.....	48
3.2.1.	Gerenciamento do risco e técnica securitária.....	48
3.2.2.	Fundamentos da técnica securitária	49
3.2.2.1.	Mutualidade	50
3.2.2.2.	Técnica atuarial	51
3.2.3.	Técnicas securitárias complementares	52
3.2.3.1.	Dispersão dos riscos	52
3.2.3.2.	Pulverização dos riscos.....	52
3.2.3.3.	Reservas técnicas	53
3.2.3.4.	Classificação e seleção dos riscos	54
3.2.3.5.	Controle da exposição do interesse ao risco.....	55
3.2.4.	Pressupostos técnico-econômicos do risco.....	56
3.2.5.	Técnica securitária e cálculo do prêmio.....	57
3.2.6.	Método securitário disruptivo	59
4.	A intervenção do Estado na atividade securitária.....	60
5.	Seguro e política econômica.....	61
PARTE II – FONTES DO DIREITO DOS SEGUROS.....		63
1.	Importância de sistematização das fontes do direito dos seguros	63
2.	Constituição da República.....	66
3.	Decreto-lei 73/1966	67
4.	Código Civil.....	68
5.	Código Comercial.....	70
6.	Código de Defesa do Consumidor.....	72
7.	Outras leis esparsas	73
8.	Normas administrativas regulatórias.....	74
9.	Usos e costumes.....	75
10.	Autorregulação setorial.....	77
11.	Jurisprudência	78

PARTE III – DIREITO INSTITUCIONAL DOS SEGUROS	81
1. O Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP)	81
1.1. A Política de Seguros Privados.....	82
1.2. Os integrantes do Sistema Nacional de Seguros Privados	82
1.2.1. Conselho Nacional de Seguros Privados	82
1.2.2. Superintendência de Seguros Privados	83
1.2.3. Sociedades seguradoras.....	85
1.2.3.1. Provisões técnicas.....	86
1.2.3.2. Autorização	86
1.2.3.3. Ramos de seguro	87
1.2.3.4. Planos de seguro e seu registro	89
1.2.4. Resseguradores.....	90
1.2.5. Corretores habilitados	92
2. Regulação e supervisão da atividade securitária.....	93
2.1. Regulação da atividade securitária e intervenção do Estado no domínio econômico	98
2.2. Conformação da competência regulatória.....	99
2.3. Supervisão da atividade securitária.....	102
2.4. Autorregulação na corretagem de seguros	103
3. O processo administrativo sancionador no Sistema Nacional de Seguros Privados...	104
3.1. Os tipos de infração e a dosimetria da sanção	105
3.2. Do inquérito administrativo e do processo administrativo sancionador	106
4. Proteção do consumidor na atividade securitária	108
4.1. Proteção do consumidor segurado na formação do contrato	109
4.2. Proteção do consumidor segurado na execução do contrato.....	112
PARTE IV – DIREITO MATERIAL DOS SEGUROS	117
1. Garantia	117
1.1. Garantia no direito das obrigações.....	118
1.2. Garantia no contrato de seguro.....	120
1.3. Garantia como causa do contrato de seguro	122
1.3.1. Conceito de causa contratual.....	122
1.3.2. Teorias explicativas da causa no seguro	125
1.3.2.1. Teoria indenitória	125
1.3.2.2. Teoria da necessidade eventual.....	127
1.3.2.3. Teoria dualista	127
1.3.2.4. Teorias do risco.....	128

1.3.2.5.	Teoria da transferência do risco	128
1.3.2.6.	Teoria da pré-eliminação da álea	128
1.3.2.7.	Teoria da garantia.....	129
1.4.	Garantia como obrigação do segurador.....	129
2.	Risco.....	131
2.1.	Características do risco no contrato de seguro	132
2.1.1.	Risco como evento possível.....	132
2.1.2.	Risco como evento adverso	134
2.1.3.	Risco como evento não intencional.....	136
2.1.4.	Risco como evento predeterminado	138
2.1.4.1.	Funções da predeterminação do risco.....	140
2.1.4.2.	Técnicas de predeterminação do risco	140
2.1.4.3.	Limites à predeterminação do risco.....	142
2.2.	Ausência de risco no contrato de seguro	145
2.3.	Risco na formação do contrato de seguro	146
2.4.	Risco na eficácia do contrato de seguro	147
3.	Interesse segurável	148
3.1.	Caráter relacional do interesse segurável.....	153
3.2.	Interesse segurável como interesse legítimo.....	154
3.3.	Titularidade do interesse.....	156
3.4.	Ausência de interesse.....	156
4.	A boa-fé.....	157
4.1.	O seguro como contrato de máxima boa-fé (<i>uberrimae fidei</i>).....	158
4.2.	Boa-fé na história do direito dos seguros	158
4.3.	Boa-fé no direito do seguro brasileiro	162
4.4.	A vedação à garantia de ato doloso.....	164
4.5.	Eficácia da boa-fé no contrato de seguro	165
4.5.1.	Boa-fé na formação do contrato de seguro	165
4.5.1.1.	Boa-fé e deveres de informação.....	166
4.5.1.2.	Boa-fé e seleção do risco (recusa, cláusulas de exclusão)....	168
4.5.2.	Boa-fé na execução no contrato de seguro	169
4.5.2.1.	Boa-fé e alteração do risco	170
4.5.2.2.	Boa-fé e sinistro.....	170
4.5.2.3.	Boa-fé e regulação do sinistro	171
4.5.2.4.	Boa-fé e adimplemento da garantia	173
4.5.2.5.	Boa-fé e adimplemento do prêmio	173
4.5.2.6.	Boa-fé e revisão do contrato	175

4.6.	Boa-fé na extinção do contrato de seguro	175
4.6.1.	Boa-fé e resolução.....	175
4.6.2.	Boa-fé e rescisão.....	176
4.7.	Boa-fé e sub-rogação	177
PARTE V – ESTRUTURA E FORMAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURO.....		179
1.	O tipo contratual	179
2.	As posições jurídicas do contrato.....	181
2.1.	Segurador	181
2.2.	Tomador	182
2.3.	Segurado.....	183
2.4.	Beneficiário	183
3.	Modalidades do contrato.....	184
3.1.	Seguro por conta própria e à conta de outrem.....	184
3.2.	Seguro em favor próprio ou de terceiro	184
3.3.	Seguros individuais e seguros em grupo	185
4.	Características do contrato de seguro.....	190
5.	A contratação mediante condições gerais. Contrato de adesão.....	194
5.1.	O seguro como contrato de adesão	196
5.2.	Contrato de adesão e seguro de grandes riscos	198
6.	O prêmio	201
7.	Formação do contrato.....	203
7.1.	Declaração inicial do risco	203
7.1.1.	Fundamento e função.....	204
7.1.2.	Assimetria informativa.....	205
7.1.3.	Formação da vontade negocial e da base econômica do contrato ..	207
7.1.4.	Natureza jurídica	209
7.1.5.	Conteúdo e extensão	210
7.1.6.	Efeitos do descumprimento.....	213
8.	Cosseguro	217
9.	Resseguro.....	218
9.1.	Espécies de resseguro	219
9.2.	O denominado resseguro financeiro.....	220
10.	Retrocessão.....	221
PARTE VI – EFICÁCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA DE SEGURO.....		223
1.	Alteração do risco.....	223

1.1.	Funções da disciplina da alteração do risco no seguro.....	224
1.1.1.	Preservação da base econômica do contrato.....	224
1.1.2.	Sanção ao ato doloso do segurado.....	226
1.2.	Efeitos da alteração relevante do risco.....	227
1.2.1.	Obrigação de comunicar o agravamento.....	228
1.2.2.	Revisão do prêmio ou resolução do contrato.....	230
1.2.3.	Perda do direito à garantia.....	231
1.3.	Pressupostos da alteração relevante do risco.....	233
1.3.1.	Dimensão considerável.....	234
1.3.2.	Superveniência à celebração do contrato.....	235
1.3.3.	Caráter extraordinário.....	236
1.3.4.	Caráter duradouro: limites e distinções.....	237
1.4.	Pressupostos específicos do agravamento intencional do risco.....	238
1.4.1.	Intencionalidade do ato.....	238
1.4.2.	Imputabilidade ao segurado.....	240
1.4.3.	Relação causal: limites e distinções.....	241
2.	Regulação do sinistro.....	242
2.1.	Função da regulação do sinistro.....	243
2.1.1.	Qualificação do evento como sinistro garantido.....	244
2.1.2.	Determinação do valor a indenizar ou do capital segurado a ser pago.....	244
2.1.3.	Adoção de medidas de salvamento e atenuação dos danos.....	246
2.2.	Natureza jurídica da regulação do sinistro.....	247
2.2.1.	Regulação do sinistro como dever acessório do segurador.....	247
2.2.2.	Consensualidade da regulação do sinistro e seus limites.....	247
2.3.	Estrutura da regulação do sinistro.....	250
2.3.1.	Modo da regulação do sinistro.....	251
2.3.2.	Tempo da regulação do sinistro.....	255
2.4.	Deveres dos contratantes e dos terceiros.....	257
2.4.1.	Deveres dos contratantes e dos terceiros interessados.....	258
2.4.2.	Deveres do regulador do sinistro.....	261
PARTE VII – NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS REPERCUSSÕES NO SEGURO.....		263
1.	Seguro e inteligência artificial.....	263
1.1.	Inteligência artificial e novas técnicas de gerenciamento do risco e contratação.....	265
1.1.1.	Modelo disruptivo de mensuração do risco.....	266
1.1.2.	Novos modelos de oferta e contratação.....	268

1.2.	Inteligência Artificial e obrigação de garantia do segurador	269
1.2.1.	Função preventiva da garantia e Inteligência Artificial	269
1.2.2.	Novos riscos e produtos decorrentes da Inteligência Artificial.....	271
2.	Repercussões da Inteligência Artificial na estrutura do contrato de seguro.....	273
2.1.	Inteligência Artificial na formação e eficácia do contrato de seguro.....	274
2.1.1.	Processamento de dados pessoais e os direitos e deveres dos contratantes	274
2.1.2.	Automatização do contrato e os direitos e deveres dos contratantes.....	276
2.2.	Gerenciamento ético do risco e livre desenvolvimento da personalidade....	278
2.2.1.	Direito à privacidade: limites ao processamento de dados pessoais	279
2.2.2.	Liberdade para agir: limites ao controle da exposição ao risco	280
2.2.3.	Vedação à discriminação injusta: limites à discriminação algorítmica	281
3.	Seguro e tratamento de dados pessoais.....	283
3.1.	Tratamento de dados pessoais como técnica inerente ao seguro	285
3.1.1.	Coleta de dados pessoais pelo segurador.....	287
3.1.2.	Processamento de dados pessoais pelo segurador	289
3.2.	Hipóteses que autorizam o tratamento de dados pelo segurador.....	290
3.2.1.	Consentimento do segurado titular dos dados	291
3.2.2.	Finalidades que legitimam o tratamento de dados.....	292
3.3.	Princípios que regulam o tratamento de dados pelo segurador	293
3.3.1.	Boa-fé	294
3.3.2.	Finalidade, adequação e necessidade.....	294
3.3.3.	Livre acesso, transparência e qualidade dos dados.....	296
3.3.4.	Segurança e prevenção	297
3.3.5.	Não discriminação	298
3.3.6.	Responsabilização e prestação de contas	301
4.	Direitos do segurado e proteção dos dados pessoais	302
4.1.	Direitos do segurado titular dos dados pessoais.....	302
4.1.1.	Confirmação, acesso e correção dos dados.....	302
4.1.2.	Anonimização, portabilidade e eliminação dos dados.....	303
4.1.3.	Informação sobre o compartilhamento e o direito de não consentir	304
4.1.4.	Revogação do consentimento.....	305
4.2.	Proteção de dados sensíveis do segurado	305
4.2.1.	Hipóteses que autorizam o tratamento de dados sensíveis.....	307

4.2.2. Uso compartilhado de dados sensíveis e seleção do risco.....	309
4.3. Responsabilidade do segurador pelo tratamento indevido de dados.....	310
BIBLIOGRAFIA.....	313
ANEXO.....	327